

Educação para a promoção da igualdade de gênero: Um estudo de caso no Centro de Formação de Professores na Cidade de Maputo, Moçambique

Jussiline de Almeida Fonseca¹ & Alzira Manuel¹

¹ Departamento de Educação de Adultos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

Jussiline de Almeida Fonseca, Departamento de Educação de Adultos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. E-mail: jussiline.almeida@gmail.com

Recebido: Outubro 03, 2022

Aceito: Novembro 01, 2022

Publicado: Novembro 25, 2022

Resumo

Moçambique é um dos países que tem se comprometido através da ratificação de diferentes tratados e convenções, para o combate às desigualdades em particular, as desigualdades de gênero, contudo as desigualdades entre homens e mulheres prevalecem, principalmente na educação. O presente estudo é de carácter qualitativo exploratório, baseado em entrevistas semi-estruturadas aplicadas a seis formadores e dois gestores visando compreender as estratégias e abordagens usadas no Instituto de Formação de Professores, seleccionado para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, que possam contribuir na promoção da igualdade de gênero, entre os futuros profissionais da educação. Entre outros aspectos, o estudo constatou que existe algum esforço, por parte dos gestores e professores para a inclusão das questões de gênero, no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, ainda há desafios relacionados com a necessidade de vencer os comportamentos e atitudes de alguns formandos marcados pelas suas experiências sócio-culturais e a indiferença na consideração de questões de gênero, de alguns formadores, no seu trabalho, devido à suposta necessidade de evitar atraso no cumprimento do programa estabelecido.

Palavras-chave: Gênero e Educação, Igualdade de gênero, Formação de professores.

Abstract

Mozambique is one of the countries that has committed itself, through the ratification of different treaties and conventions, to combat inequalities, in particular gender inequalities, however inequalities between men and women prevail, especially in education. The present study is of an exploratory qualitative nature based on semi-structured interviews applied to six trainers and two school managers in order to understand the strategies and approaches used in the selected institute for the training of teachers and adult educators, for the development of knowledge, skills and attitudes that can contribute to the promotion of gender equality in schools and beyond, among future education professionals. Among other aspects, the study found that there is some effort on the part of managers and teachers to include gender issues in the teaching and learning process. However, there are still challenges related to the need to overcome the negative behaviors and attitudes of some trainees marked by their socio-cultural experiences, and the indifference of some trainers in the consideration of gender issues in their work, due to the supposed need to avoid delay in fulfilling the established programme.

Keywords: Gender and education, Gender equity, Teacher training.

Resumen

Moçambique es uno de los países que se ha comprometido a través de la ratificación de diferentes tratados y convenios, a combatir las desigualdades, en particular las desigualdades de género, sin embargo prevalecen las desigualdades entre hombres y mujeres especialmente en la educación. El presente estudio es de carácter cualitativo exploratorio, basado en entrevistas semiestructuradas aplicadas a seis formadores y dos directivos con el fin de comprender las estrategias y enfoques utilizados en el instituto de formación de profesores y educadores de adultos seleccionado, para el desarrollo de conocimientos, habilidades y actitudes que pueden contribuir a la promoción de la igualdad de género en las escuelas y más allá, entre los futuros profesionales de la educación. Entre otros aspectos, el estudio encontró que existe cierto esfuerzo por parte de los administradores y

docentes para incluir las cuestiones de género en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Sin embargo, aún existen desafíos relacionados con la necesidad de superar los comportamientos y actitudes de algunos aprendices marcados por sus experiencias socioculturales y la indiferencia en la consideración de las cuestiones de género de algunos formadores, en su trabajo debido a la supuesta necesidad de evitar la demora en el cumplimiento de lo programa establecido.

Palabras clave: Género y educación, Igualdad de género, Formación del profesorado.

1. Introdução

Desde a independência, Moçambique tem se empenhado na provisão da educação básica para todos, em particular para os grupos sociais em risco de exclusão, como a as mulheres (que são o foco deste estudo), pessoas que vivem nas zonas rurais e pessoas com necessidades especiais. A adesão a várias convenções internacionais com enfoque na “Educação Para Todos”, tem contribuído em grande medida, no desenvolvimento de respostas para as questões mais críticas, como por exemplo a questão das desigualdades de gênero na educação. Contudo, segundo Minedh (2016) ainda persistem disparidades de gênero em relação a participação e progresso na escola principalmente nas classes posteriores a 1ª classe, com a rapariga em desvantagem.

Esta situação contribui para a prevalência dos índices elevados de analfabetismo entre a população feminina, situado em 49,2%, contra 27,2% para homens, em um total de 39%, segundo o último censo populacional do Instituto Nacional de Estatística (Ine, 2019), contudo tem-se os seguintes parâmetros de influência sobre essa estatística: fraco acesso ao emprego formal, fraca participação da mulher em espaços de tomada de decisões e conseqüentemente maior vulnerabilidade e propensão à exclusão e pobreza.

Neste contexto, O Plano Quinquenal do Governo (Governo de Moçambique, 2022, p.9) num dos seus objectivos estratégicos prevê “promover a igualdade e equidade de gênero, inclusão social e protecção de segmentos mais vulneráveis da população” Por seu turno, a Política de gênero, República de Moçambique (2018, p.6) tem como um dos principais objectivos “promover a igualdade de oportunidades para raparigas e rapazes bem como mulheres e homens, no acesso à educação, formação de qualidade e outros benefícios”.

A redução das disparidades de gênero no ensino primário, ou em outros níveis de ensino, é uma medida relevante, em prol da igualdade de gênero, contudo, as questões de gênero no contexto educativo devem ser vistas de forma mais profunda, necessitando, por isso, do envolvimento dos professores e praticamente, o envolvimento dos formadores, na capacitação dos futuros professores.

A igualdade de gênero precisa ser vista não apenas em termos numéricos, mas principalmente em termos de possibilidades que se podem criar para reduzir as diferenças entre rapazes e raparigas e entre homens e mulheres. “No âmbito educacional, a sala de aula é um cenário receptivo às relações construídas por cada sujeito, que por sua vez, modela e remodela os demais” (Machado et al. 2017). Neste sentido, os professores precisam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para melhor gerirem as questões de gênero na sala de aulas. Esta ideia é também defendida por De Jesus (2015) ao afirmar que “os cursos de formação docente têm, hoje importante desafio à sua frente, desafios estes, que representam demandas emergentes enfrentadas pela escola... dentre as várias demandas que se colocam neste contexto, ressaltam-se aqui as relações de gênero...”

O presente artigo visa analisar as estratégias usadas pelos gestores e professores do Instituto de Formação de Professores seleccionado para este estudo, para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes favoráveis à promoção da igualdade de gênero, entre os futuros professores. Assim formula-se a seguinte questão: Que acções são desenvolvidas pelos gestores e formadores, para a promoção da igualdade de gênero, no Instituto de Formação de Professores e Educadores de Adultos seleccionado.

2. Revisão de Literatura

2.1 Gênero e Educação

Antes de discutirmos gênero e educação, importa trazer à superfície o conceito gênero, uma vez que é um conceito complexo. O conceito gênero surge nas análises feministas a partir da década 1970 (Scott, 1990; Almeida, 1998), citados por Rabelo, (2010). O uso deste termo, de acordo com Rabelo (2010) pretende realçar o carácter social das diferenças baseadas no sexo e a reprovação do uso da palavra sexo que diz respeito as diferenças orgânicas entre homem e mulher. Para Furlan e Furlan (2011) “as relações de gênero abrangem um conjunto complexo de relações sociais ligadas a um conjunto mutante de processos sociais historicamente

variáveis”. De facto, as relações de gênero variam em função do tempo, cultura e espaço onde ocorre o intercâmbio entre homens e mulheres.

Gênero é “uma categoria social e culturalmente construída nas relações interpessoais e na interação das pessoas com o contexto no qual estão inseridas” Costa, (1994), citado por Casagrande e Da Luz (2016, p. 27). Neste sentido, vale afirmar que o conceito ‘gênero’ não é um conceito fixo, ele “está em constante mutação de acordo com as regras de convívio social de cada cultura” (Casagrande & Da luz, 2016, p. 16) e de cada época histórico-social. Em cada época histórica, cada sociedade estabelece e realça os comportamentos que espera que homens e mulheres dessa época e dessa sociedade demonstrem.

De acordo com Furlan e Furlan (2011) no contexto das relações sociais, os indivíduos prescrevem, sob influência da cultura papéis sociais distintos entre homens e mulheres. Esses papéis muitas vezes estabelecem hierarquias, pressupondo a superioridade dos homens em relação às mulheres. Assim, gênero pode ser definido “como uma categoria social e culturalmente construída nas relações interpessoais e na interação das pessoas com o contexto no qual estão inseridos” (Costa, 1994) citado por Casagrande e Da luz (2016, p. 27).

Para Passos et al. (2011, p.49) “as sociedades sempre fizeram distinção entre homem e mulher e a partir de significados, (social e culturalmente) atribuídos as suas características biológicas, definiram e determinaram sua forma de ser no mundo, bem como o que podem fazer e como devem-se comportar”. Neste sentido, gênero é uma categoria de análise complexa que supera a relação masculino/feminino, homens/mulheres reflectindo “um conjunto de processos culturais e redes de relações de poder que marcam a articulação entre diferentes vectores de opressão, tais como raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade” (Sott, 1986, p. 178) citado por Narvaz (2010).

Reconhecer e compreender a problemática de gênero nas relações entre homens e mulheres é um passo para promover a igualdade entre ambos, neste sentido, a educação em geral, tem um papel preponderante. Segundo Machado et al. (2017) a sala de aula é um espaço aberto às relações construídas por cada sujeito, que de certa forma, influenciam, os demais, nas suas interações. Esta influência pode ser desejável ou indesejável e o seu impacto dependerá das estratégias que a escola aplicará para lidar com o assunto.

“A escola precisa assumir a sua função social de promover a igualdade e contemplar as necessidades recorrentes” (Machado et al. 2017, p. 4), por isso há uma estrita necessidade de que os professores sejam habilitados para lidarem com a diversidade no seu trabalho, em particular com as questões de gênero. A compreensão das questões de gênero poderá oferecer aos professores ferramentas necessárias para um ambiente educativo mais democrático, inclusivo e equitativo, o que constitui um desafio para as instituições de formação de professores.

2.2. Igualdade de gênero

Se tivermos a consciência de que a necessidade de igualdade de gênero, pressupõe a denegação da desigualdade de gênero, tida como “as diferenças de estatuto, poder prestígio entre mulheres e homens em vários contextos” (Guidens, citado por Silva, 2007, p. 40), a necessidade de promoção da igualdade de gênero é inadiável. A igualdade de gênero não se associa apenas à divisão e exercício de poderes, isto é à distribuição equitativa de bens e serviços, mas ao usufruto de direitos e justiça social, implicando maior participação social política e económica. A igualdade entre homens e mulheres constitui um factor fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Para Praun (2011, p. 64) “a partir do momento em que se reconhece a categoria gênero, ela se torna fundamental para compreender a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a direitos políticos, económicos, sociais familiares...”

De acordo com Bicchieri (2013), a igualdade de gênero existe quando homens e mulheres têm os mesmos direitos, deveres e oportunidades na vida civil e política, o que implica condições de igualdade entre ambos os sexos em relação a: participação nos processos de tomada de decisão; capacidade de exercício dos direitos humanos; acesso aos recursos e benefícios do desenvolvimento, bem como a sua administração; oportunidades no trabalho e em todos os outros aspectos da sua subsistência

A educação para a igualdade de gênero desperta atenção para as desigualdades no acesso e controlo do poder e estruturas nos processos de tomada de decisão, manifestas em formas e escalas diferentes, nas estruturas sociais, culturais e económicas da sociedade (MINEDH, 2016). As desigualdades e disparidades de gênero, nos últimos anos tornaram-se uma inquietação em muitas sociedades tendo se tornado um assunto dos direitos humanos e desenvolvimento. É claramente percebido que as diferenças de gênero, originárias dos “estereótipos de gênero enquanto ideologização colectiva. Segundo Amâncio, 1994, citado por Pomar et al. (2019) promovem resistência

às mudanças.

“o conteúdo dos estereótipos de gênero revela grande estabilidade temporal, consenso intercultural (...) atribuindo ao homem traços mais directamente relacionados com o mundo do trabalho, com a independência e a autoformação, o domínio sobre os outros e as situações, enquanto as mulheres são geralmente representadas por traços mais associados às competências sociais, expressivas e relacionais num contexto privado das relações afectivas” (Pomar (2007), citado por Pomar et al. (2019, p. 404).

Andrade et al. (2009, p. 92) nota que os estereótipos de gênero que são comportamentos construídos socialmente, podem ter lugar em instituições como a família, a igreja, as escolas, etc. “ao segregar os espaços e incorporar o discurso que diferencia os sujeitos pelo gênero” perpetuando assim, as desigualdades e a injustiça social.

2.3 Formação de professores no contexto da diversidade

As mudanças sociais, económicas e políticas que se operam no mundo, impõem mudanças em todas as áreas, em particular na educação. Neste sentido, aos cursos de formação de professores é colocado um desafio de preparar os profissionais de educação a responderem convenientemente as demandas enfrentadas pela escola. Partindo de princípio que a escola abarca vários factores que interferem na formação dos indivíduos, a educação é chamada a despertar para uma reflexão mais crítica de assuntos transversais que influenciam o contexto escolar (De Jesus, 2015), incluindo a problemática de gênero. Esta postura vai contribuir para que a escolas possam ser um lugar de promoção de debates sobre a igualdade de direitos e inclusão (Furlan & Furlan, 2011), em prol de uma sociedade mais justa.

De acordo Furlan e Furlan (2011, p.308) “a formação de professores deve ser ampla, incluindo as questões relativas à diferenciação de gênero/sexo para desenvolver acções pedagógicas que valorizam a diferença e a contribuição individual de meninos e meninas, proporcionando actividades que contribuem para a construção social”. A inclusão destas reflexões na formação de professores pode contribuir para a promoção da igualdade entre homens e mulheres contrariando as influências culturais que os hierarquizam, através da atribuição de papéis sociais diferentes e reducionistas.

Na perspectiva, de Thiollent e Colette (2014) a formação docente precisa promover o desenvolvimento de competências que, não só priorizem o currículo mas que também conduzam o docente a desenvolver práticas e relacionamentos ajustadas a uma visão emancipadora de sua actividade profissional, assim como dos indivíduos, dos grupos, comunidades e contextos de sua actuação. Esta abordagem pode contribuir para que o futuro professor possa desenvolver atitude crítica e reflexiva, em relação ao seu trabalho e ao contexto em que estiver inserido.

Casagrande e Da Luz (2016, p. 30) notam que “o ambiente escolar actua de forma significativa na definição das formas de agir e de ver o mundo, bem como define como os indivíduos devem-se se portar diante das situações do cotidiano”. Assim sendo uma maior consciencialização das questões de gênero no ambiente educativo, em especial na sala de aula e na escola em geral, pode contribuir para a promoção da equidade e igualdade de gênero, como parte da cultura escolar entre os professores.

3. Metodologia

O presente estudo, quanto à abordagem é qualitativo aplicado ao estudo de caso. A abordagem qualitativa permite o estudo de um fenómeno no contexto onde este acontece, neste sentido, permite que o pesquisador possa ter contacto com o campo para melhor compreender o “fenómeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (Godoy, 1995, p. 21). De acordo com André (2013, p.97) “as abordagens qualitativas de pesquisa fundamentam-se numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interacções...” uma vez que esta abordagem valoriza as opiniões e percepções das pessoas que convivem ou conviveram com o fenómeno em estudo.

A pesquisa qualitativa pode ser realizada de várias formas, neste estudo, a pesquisa qualitativa foi usada num estudo de caso. O estudo de caso é adequado para investigadores individuais e permite o estudo de um fenómeno de forma aprofundada e num período de tempo relativamente curto (Godoy, 1995). Para a recolha de dados o estudo serviu-se da entrevista semi-estruturada, que foi aplicada a seis formadores e dois gestores, seleccionados

por conveniência. A amostragem por conveniência é um tipo de amostragem não-probabilística que implica uma escolha deliberada dos participantes da pesquisa devido às suas características comparativamente aos objectivos da pesquisa.

O pesquisador simplesmente decide escolher os respondentes em função do que precisa pesquisar e considerando a sua vontade de participar (Etikan, e tal 2016). Segundo Denscombe (2003) este tipo de amostragem aplica-se nas situações em que o pesquisador possui algum conhecimento sobre as pessoas a seleccionar e acredita que essas pessoas poderão prover a informação necessária para o estudo. De referir que a presente pesquisa não tinha interesse na quantidade de respondentes, mas sim na qualidade e profundidade das respostas em função do objectivo definido.

3.1 Processo de análise de dados

Para a análise de dados aplicou-se a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977) “ a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre quais se debruça, (p.44). Para Bardin (2007) citado por Cavalcante et al. (2014, p. 14) “ a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos...”

De acordo com Cavalcante et al. (2014, p. 14) “a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados colectados.” A análise de conteúdo, para a obtenção dos resultados dum pesquisa obedece a fases nesta pesquisa, depois da transcrição “verbatim” dos dados, seguiu-se à pré análise que consistiu na leitura repetida dos dados para a sua melhor compreensão, este processo permitiu a sua análise e interpretação, bem como a identificação das categorias. De acordo com Minayo (2007) citado por Cavalcante et al. (2014) a categorização dos dados tem como objectivo reduzir a informação recolhida, através de palavras e expressões significativas. Quanto à triangulação esta foi garantida através da interpretação das respostas dos Gestores, dos formadores e entre estes.

4. Resultados e Discussão

O presente estudo cujo objectivo é analisar as estratégias usadas pelos formadores no Instituto de Formação de Professores e Educadores de Adultos seleccionado para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes favoráveis à promoção da igualdade de género, entre os futuros professores, apresenta e discute, neste capítulo, os resultados com base nos dados recolhidos, na literatura consultada e nas interpretações dos autores. Os resultados são estruturados de acordo com as categorias identificadas na análise de dados e em função do objectivo do estudo. Por questões éticas os nomes dos respondentes foram omissos e substituídos por “G” para os gestores - G1 e G2 e “F” para os formadores - F1... F6.

Entre os respondentes desta pesquisa, quatro são do sexo masculino e quatro do sexo feminino, de idades compreendidas entre 42 e 55 anos, todos eles com nível superior com uma experiência de docência que varia de 1 a 8 anos, sendo 4 com mais de 5 anos de experiência e 3 com menos de 5.

4.1 Promoção da igualdade de género

As questões de género no centro seleccionado neste estudo ainda constituem um desafio. Uma das barreiras está relacionada com a dificuldade de obedecer ao equilíbrio de género, entre os formandos, logo à entrada devido a questão das infra-estruturas (dormitórios) que foram construídos de modo a receber mais rapazes do que raparigas. Esta questão foi esclarecida pela G1 dizendo que “o número de quartos para mulheres é bastante comparado com o dos homens, isto praticamente limita o ingresso das mulheres ao curso”, privilegiando os homens.

O edifício do centro de formação, foi construído antes da independência de Moçambique (antes de 1975) período em que a discriminação da mulher, estava no auge e a principal ideia era de que o lugar da mulher é em casa, realizando trabalhos domésticos. Contudo, os respondentes reconhecem que “há necessidade de se empreenderem acções no sentido de alcançar a igualdade de género, em primeiro lugar no que diz respeito ao ingresso” (G1), esta resposta mostra que apesar de haver barreiras no que diz respeito às condições das infra-estruturas, existe a percepção de que o equilíbrio de género é necessário, no contexto educativo, como afirma Machado et al. (2017) uma das funções da escola é impulsionar a igualdade e responder às necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Neste sentido, como estratégia para melhorar a participação das raparigas os respondentes foram unânimes em propor o aumento do número de quartos, mas este é outro constrangimento que não depende da vontade dos gestores, mas sim da disponibilidade financeira, que tem sido um grande desafio. Como consequência, segundo os dados do próprio centro, recolhidos através da análise de documentos, em 2021 o centro contava com um total de 99 formandos, dos quais 61 são homens e 38 são mulheres.

Em termos de formadores nota-se um equilíbrio de género, uma vez que, segundo os dados do centro dos 20 (vinte) formandos 10 são mulheres e 10 são homens. A presença de um número considerável de mulheres formadoras pode ser um estímulo para as formandas que poderão tomar as suas formadoras como exemplo.

4.2. Género no processo de ensino e aprendizagem

No que diz respeito à promoção das igualdades género na sala de aulas, tanto G1, como G2, afirmaram que têm procurado estimular os formadores a pautarem pelos princípios de igualdade de género de sala de aulas. De acordo com G2, “os professores são aconselhados a atribuírem as mesmas tarefas a todos, sem distinção de sexo” ... os professores usam métodos participativos, criando um espaço de interacção entre os formandos e as formandas. Esta estratégia pode contribuir para que os futuros professores compreendam que homens e mulheres, meninos e meninas têm os mesmos direitos e podem desenvolver as mesmas capacidades. Esta constatação assemelha-se à percepção de Machado et al. (2017) que atribui grande valor às interacções que acontecem na sala de aula na construção da identidade dos alunos.

Os formadores quanto às formas de promoção da igualdade de género, reforçam a necessidade do uso do trabalho em grupo, realçando a necessidade de observar “o equilíbrio entre o número de rapazes e o de raparigas, sempre que possível” (F3) (mas neste caso, não parece possível, pois o número de rapazes é de longe superior ao número de raparigas).

De acordo com G1, a estratégia de orientar os formadores a pautarem pela abordagem de igualdade de género teve alguns resultados imediatos no instituto um deles “é a existência de raparigas (formandas) que atingiram lugares cimeiros na classificação (...) conquistando o primeiro, segundo e terceiro lugar, como melhores alunas”. Entretanto, os respondentes reconhecem que acções de promoção da igualdade de género na sala de aulas precisam de ser aprimoradas, e sugerem acções de capacitação dos formadores, bem como a organização de palestras, workshops sobre género, incluindo os pais e encarregados de educação e elementos chave da comunidade e os próprios gestores do centro de formação. Esta ideia concorre com a visão de Machado et al. (2017) de que a escola precisa desempenhar um papel chave na promoção da igualdade e responder às exigências sociais.

No que se refere à sala de aulas um dos respondentes, G2 observa ainda, que uma das estratégias de implementação das questões de género na sala de aulas seria “o incremento da participação e intercâmbio entre rapazes e raparigas durante a realização de tarefas...”. Este intercâmbio entre os formandos e formandas pode desenvolver neles, um sentimento de grupo, de solidariedade e de igualdade entre eles. Enquanto G1 refere-se ao “uso de materiais didácticos que já prevêm questões de género, para que todos (e todas) possam reflectir sobre estas questões.”

Em relação ao material didáctico, F3 nota que é importante “o uso de textos sem estereótipos, textos que encorajam as meninas e educam os rapazes a compreenderem que ambos têm os mesmos direitos...” A mesma respondente que lecciona a disciplina de Português adiantou partilhando a sua própria experiência e a de seus colegas, de acordo com a transcrição: “...usamos textos da nossa autora Paulina Chiziane, entre outros, e trabalhamos o lado do texto como literatura depois fazemos uma leitura crítica para mostrar que homens e mulheres têm os mesmos direitos” (F3).

Os materiais didácticos em particular os livros, textos de apoio, precisam evitar estereótipos de género, para não desmotivarem as meninas, mas o próprio (a) formador (a) também precisa estar claro (a) sobre até que ponto os seus métodos de ensino, procedimentos, estratégias e linguagem não estarão a reproduzir e propagar diferenças de género, na sala de aulas. Para isso o formador precisa ter um espaço em que possa, regularmente, reflectir com os seus pares sobre como promover a igualdade de género, na sala de aulas, este espaço pode ser planificado pela própria escola.

No que diz respeito à linguagem na sala de aulas um dos entrevistados, afirma que é necessário o uso de uma linguagem adequada para não criar a percepção de que um género é superior ao outro, como se pode ver na transcrição seguinte: “eu procuro não tratar de forma diferenciada, evito palavras que possam levar a pensar que estamos a ter preferência por um género em detrimento de outro...” (F5). A questão da linguagem tem sido

referida como podendo criar estereótipos e promover complexos entre os indivíduos, bem como desmotivação e desistência entre os aprendentes, neste caso entre as mulheres ou raparigas.

Partindo de princípio que a aprendizagem não ocorre apenas na sala de aulas, isto é, em ambientes formais, mas também em ambientes informais, como é o caso, por exemplo da interação com os outros e com o meio, um dos respondentes (F6) percebe que o convívio diário entre os formandos e formandas pode contribuir para o desenvolvimento da ideia de que a mulher tal como o homem precisa ser respeitada e tem direitos e deveres. De acordo com as suas palavras: “todos eles vivem aqui no internato, isto contribui para a sua interação e compreensão do facto de que todos eles são iguais em termos de deveres e direitos...” Estes procedimentos podem concorrer para a redução das diferenças de género que no contexto político, como escreve Narvaz (2010), citando Scott (1986), são “convertidas em desigualdades e assimetrias para justificar as diferenças de poder entre homens e mulheres” (p.178).

Ainda no que diz respeito às questões de género no processo de formação o respondente (F6) afirmou que além de se apostar na formação de grupos mistos (constituídos por rapazes e raparigas) na sala de aulas no instituto promove-se feiras de ciência e encoraja-se a participação de todos, em particular as raparigas. A sua participação de acordo com o F6 consiste na apresentação de trabalhos escritos, e a preparação do próprio evento envolve-se rapazes e raparigas.

Esta estratégia pode contribuir para o desenvolvimento do espírito de colaboração e de reconhecimento da necessidade da participação da rapariga em diferentes actividades, entre os formandos. Pode-se afirmar que a promoção da participação da rapariga contribui para o desenvolvimento do espírito de responsabilidade, amplia os seus conhecimentos e habilidades, eleva a sua auto-estima contribuindo, assim, para o seu empoderamento.

4.3 Desafios à promoção da cultura de igualdade de género

Apesar de o estudo ter constatado que no local seleccionado há uma certa tendência de contribuir para o desenvolvimento da cultura de promoção da igualdade de género entre os formandos, ainda enfrentam-se desafios um desses desafios está ligado aos hábitos que alguns rapazes possuem herdados dos seus contextos familiares. De acordo com F3 “...as vezes torna-se difícil discutir ou implementar as abordagens de género porque alguns rapazes já vêm com estereótipos de que eles podem fazer determinados trabalhos que as raparigas não podem” a respondente acrescentou: “...uma das formas que acho que pode ser usada para consciencializar os rapazes da sua igualdade com as meninas, em termos de direitos e deveres é o uso do texto dramático, como recurso, nas aulas de Língua Portuguesa atribuindo diferentes papéis aos rapazes e raparigas independentemente do sexo.” Entretanto é preciso lembrar que o conceito género, além de não ser estático, varia de acordo com o contexto sócio cultural (Casagrande & Da Luz, 2016) e mesmo em função do nível de desenvolvimento das sociedades ou comunidades.

A semelhança com F3, F4 também nota que os comportamentos e atitudes desenvolvidos nas famílias, influenciados pelas questões sócio-culturais constituem um desafio à promoção da igualdade de género entre os formandos e as formandas, como se pode ver na transcrição: “...alguns formandos vêm comportamentos discriminatórios nas suas famílias e pensam que é normal...” e o formador precisa limar estes comportamentos. Em relação a comportamentos discriminatórios Furlan e Furlan (2011) notam que alguns contextos sócio-culturais promovem as diferenças de género através de atribuição de papéis sociais diferentes entre homens e mulheres.

Um dos respondentes, F4, adianta uma estratégia que pode contribuir para a eliminação de alguns tipos de atitudes discriminatórias na sua linguagem: “eu como professor de ciências naturais (biologia) as vezes mando um rapaz pesquisar um tema que para eles diz respeito às raparigas. Eles habitam-se e investigam sem complexos porque no futuro serão professores destas matérias por isso precisam de as conhecer (F4). Apesar de haver preocupação por parte de alguns formadores em implementar as abordagens que possam contribuir para a promoção da igualdade de género nas escolas, há ainda outros que mostram pouco interesse nestas matérias considerando que o mais importante é ministrar os conteúdos que constam claramente no programa. Isto torna-se também um desafio às instituições de formação de professores que precisam estimular nestes formadores, a necessidade de um maior comprometimento com a promoção da igualdade de género nas suas actividades como docentes.

Os formadores que não abordam as questões de género, nem em termos de conteúdos, nem em termos de estratégias e procedimentos atribuem este facto à dificuldade de conciliar os conteúdos da sua disciplina com as questões de género como se pode constatar na transcrição da fala da formadora F5: “...nós como formadores

estamos a seguir rigorosamente aquilo que é o programa pré-estabelecido... nós já temos nas nossas disciplinas conteúdos que devemos respeitar com períodos de tempos muito reduzidos... este ano, por exemplo, (2021) com essas medidas que temos que cumprir (relacionadas com a prevenção da COVID 19) ficamos um tempo sem aulas...temos que acelerar para ganharmos tempo...”

A posição F5 mostra que ainda há muito trabalho que deve ser feito pelo sector da educação para que professores, educadores, formadores e outros, compreendam que assuntos sobre a igualdade de gênero fazem parte da implementação dos direitos humanos e não podem ser adiados, na construção de uma sociedade justa e inclusiva. Estes assuntos devem ser promovidos, em particular nas escolas e no processo de ensino-aprendizagem.

5. Conclusões

O presente estudo tinha como objectivo analisar as estratégias usadas pelos gestores (as) e formadores (as) do Instituto de Formação de Professores e Educadores de Adultos, seleccionado, para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes favoráveis à promoção da igualdade de gênero, entre os futuros professores.

A questão de igualdade de gênero na realidade moçambicana, ainda constitui um desafio, em todos os sectores, particularmente no sector a educação, o que tem impactos no âmbito social e económico dos indivíduos, e da sociedade como um todo. Um dos desafios identificado neste estudo é a dificuldade de observar o equilíbrio de gênero no acesso ao curso de formação de professores devido à barreira relacionada com espaço para acomodar pessoas do sexo feminino, dado que o Instituto foi concebido com mais quartos para os formandos do sexo masculino. Uma vez que o curso funciona em regime de internato, este facto constitui um constrangimento.

Entretanto, o estudo constatou que tanto os gestores, como os formadores reconhecem a necessidade de promoção da igualdade de gênero, partindo-se do momento de selecção dos candidatos ao curso. No contexto de ensino-aprendizagem o estudo identificou como estratégias de promoção de gênero, a atribuição de tarefas aos formandos, sem distinção de sexo; o uso de metodologias activas e participativas, promovendo a interacção entre rapazes e raparigas; a formação de grupos obedecendo o equilíbrio de gênero, sempre que possível, e dependendo da disciplina; o uso de materiais didácticos (textos) que prevêm a abordagem de gênero, como base de reflexão; uso de textos com mensagens que podem ajudar a encorajar as raparigas e a educar os rapazes a compreenderem que ambos têm os mesmos direitos e deveres; uso de textos dramáticos, nas aulas de língua, atribuindo diferentes papéis aos rapazes e raparigas independentemente do sexo.

O estudo identificou, também, como forma de promoção da igualdade de gênero os procedimentos, estratégias de trabalho e linguagem usada pelo formador/professor que deve estar isenta de estereótipos de gênero, o formador/professor precisa estar ciente de que a sua actuação não estará a reproduzir e propagar diferenças de gênero na sala de aulas.

Apesar destas constatações o estudo concluiu que comportamentos e hábitos desenvolvidos nas famílias, influenciados pelas questões sócio-culturais podem interferir na implementação da igualdade de gênero entre os formandos, por isso constituem um desafio para os professores e formadores. O estudo, de acordo com as percepções dos respondentes conclui que acções de capacitação dos formadores e gestores escolares para a promoção da igualdade de gênero são fundamentais, em adição, workshops e palestras para os pais e encarregados de educação e pessoas líderes comunitários podem também contribuir para a implementação efectiva das estratégias de promoção da igualdade de gênero a partir das famílias, escolas e comunidades.

6. Referências

- Andrade, C. & Barros, A. (2009). Gênero e educação: Delimitação de espaços e construção de estereótipos. *Contrapontos*, 9(2), 90-103.
- André, M. (2013). O que é um estudo de caso qualitativo? *Revista da FAEEBA. Educação e Contemporaneidade*, 22(40), 95-103.
- Bardin, L. (1977). *Análise do conteúdo*. Lisboa, Edições 70 LDA.
- Bicchieri, M. (2013). *Igualdade de Gênero e Direito à Terra e aos Recursos Naturais: Guia técnico para agentes de desenvolvimento*. Maputo: Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).
- Casagrande, L. & Da luz Nanci (2016). *Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para a educação*. Curitiba: Editora UTFPR.

- Cavalcante, R; Calixto, P. & Pinheiro, M. (2014). Análise de conteúdo: Considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.* 24(1), 13-18.
- De Jesus, R. (2015) *Onde está o gênero na formação docente? Algumas reflexões iniciais sobre as relações de gênero e o curso de licenciatura em electrónica de IFBA*. Educare XII. Congresso Nacional de Educação.
- Denscombe, M. (2003). *The good research guide: For small-scale social research projects* (2nd ed.). Philadelphia, PA: Open University Press.
- Etikan, I.; Musa, A.; Alkassim, R. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1-4.
- Furlan, C. & Furlan, D. (2011). Gênero e sexualidade na formação de professores (as): A necessidade de reflexões sobre a prática pedagógica. *Plural Humanidades*, 12(2). 306-3026.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa. *Revista de Administração de Empresa*, 35(31), 20-29
- INE (2019). *Censo 2017, IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Machado, J., Da Luz, J., & Farias, V. (2017). *Gênero e formação de professores: Por uma prática pedagógica crítica e reflexiva em busca de equidade*. Seminário Internacional Fazendo Gênero II e 13th Women's. Acessado em <http://www.em.wwc2017.eventos.dype.com.br>
- Minedh (2016). *Estratégia de Gênero do sector da Educação e Desenvolvimento Humano, 2016-2020*, Maputo. MINEDH.
- Narvaz, M. (2010). Gênero: Para além da além da diferença sexual- Revisão da literatura. *Aletheia*, 32, 174-182.
- Passos, E.; Rocha, N.; Barreto, M. (2011). Gênero e educação. In A. Costa, A. Rodrigues, I. Vanin.(orgs), *Ensino e gênero: Perspectivas transversais*. Salvador: UFBA-NEM.
- Pomar, C.; Balço, A.; Magalhães, O.; Conde, A.; (2019). Contributo e desafios da formação contínua de docentes para a construção da igualdade de gênero e cidadania. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, 14, 403-422.
- Praun, A. (2011). Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, 1, 55-65.
- Rabelo, A. (2010). Contribuições dos estudos de gênero nas investigações que enfocam a masculinidade. *Ex aequo* 21, 161-176.
- República de Moçambique (2018). *Política de gênero e estratégia da sua implementação*, Maputo.
- República de Moçambique (2020). Programa quinquenal do governo 2020-2024, Maputo.
- Silva, G. (2007). Educação e gênero em Moçambique, 1ª. Edição, Porto Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Thiollent, M.& Colette, M. (2014). Pesquisa-acção, formação de professores e diversidade. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 36(2), 207-216.

Copyrights

Copyright for this article is retained by the author(s), with first publication rights granted to the journal.

This is an open-access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution license (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).